

***Competição de Julgamento Simulado do
Sistema Interamericano de Direitos Humanos 2009
Caso Hipotético: Rosalie Fournier e Bruno Tamba vs. Tinalândia***

13. Quais são as estatísticas referentes à raça e à nacionalidade dos imigrantes deportados de Tinalândia desde 1994 até o presente?

a) A informação dispon

**Competição de Julgamento Simulado do
Sistema Interamericano de Direitos Humanos 2009
Caso Hipotético: Rosalie Fournier e Bruno Tamba vs. Tinalândia**

- a) Sim, a República de Evaristo possui uma Embaixada e vários consulados na República de Tinalândia.
24. Em que condições Rosalie Fournier foi interrogada pelo oficial da imigração durante quatro horas e meia (por exemplo, se houve participação de mais pessoas, se lhe foi concedida a oportunidade de efetuar suas necessidades básicas, etc)?
- a) O interrogatório de Rosalie Fournier foi conduzido em condições dignas. Durante o mesmo, não se fez o uso da força nem de qualquer método coercitivo.
De fato, ao iniciar o interrogatório, o Oficial da Imigração se identificou e comunicou a Rosalie Fournier as razões de sua detenção, assim como os seus direitos como detida, incluindo o direito de permanecer em silêncio, de telefonar a um advogado, e de avisar ao seu consulado sobre sua detenção. Além disso, foi indicado que ela poderia telefonar aos seus familiares e empregadores se considerasse necessário.
As perguntas de Rosalie Fournier foram respondidas, e também pode efetuar as suas necessidades básicas quando solicitou.
Não houve a participação de mais pessoas durante o interrogatório.
25. Havia algum advogado e/ou intérprete presente durante algum dos interrogatórios ou no momento de informar a Rosalie Fournier os motivos de sua detenção?
- a) Não.
26. O Estado de Tinalândia avisou o consulado da República de Evaristo sobre a detenção de Rosalie Fournier? (Cf. 22)
- a) Não.
27. O oficial da imigração que interroga Rosalie Fournier durante a sua permanência na delegacia tem alguma faculdade jurisdicional?
- a) Não, o oficial da imigração não tem faculdades jurisdicionais.
28. Rosalie Fournier foi apresentada a algum juiz ao chegar à delegacia ou ao centro de detenção de migrantes, ou em algum outro momento anterior à primeira audiência pública?
- a) Não, a primeira vez que Rosalie Fournier foi apresentada a um juiz, logo após ser detida em 27 de maio de 2003, foi durante a audiência no Terceiro Tribunal de Imigração da República de Tinalândia, que aconteceu no dia 28 de novembro de 2003.
29. Descrição mais detalhada do centro de detenção de migrantes "Gándara". (Espaço, condições, tratamento, etc.)
- a) A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.
30. Qual era a capacidade, em número de pessoas, do quarto onde Rosalie Fournier foi detida no centro de detenção de migrantes "Gándara"?
- a) O quarto tinha capacidade para 7 pessoas.
31. O centro de detenção de migrantes "Gándara", onde Rosalie Fournier permaneceu detida, se localizava perto de algum centro urbano, ou, de qualquer forma, existe algum centro de detenção de migrantes em Tinalândia mais próximo da cidade onde vivem o seu filho e seus conhecidos?
- a)
cidade onde Rosalie Fournier vivia com o seu filho Bruno Tamba.

**Competição de Julgamento Simulado do
Sistema Interamericano de Direitos Humanos 2009
Caso Hipotético: Rosalie Fournier e Bruno Tamba vs. Tinalândia**

32. Havia algum advogado disponível para Rosalie que sabia se comunicar em francês ou havia alguma possibilidade de se conseguir um intérprete para trabalhar em conjunto com o advogado trabalhando em sua defesa?

a) Não. b) Sim. c) Não. d) Sim. e) Não. f) Sim. g) Não. h) Sim. i) Não. j) Sim. k) Não.

francês. Também existem tradutores e intérpretes disponíveis com conhecimento desses idiomas. Entretanto, as circunstâncias de Rosalie Fournier lhe permitiam unicamente ter acesso a assistência legal gratuita, que somente estava disponível em castelhano. Não há informações sobre a disponibilidade de serviços de interpretação gratuita.

33. De acordo com o parágrafo 23 dos fatos do caso, um juiz decidiria a situação de Bruno Tamba. Para essa decisão foi ouvida a opinião de Bruno Tamba e Rosalie Fournier estava presente?

a) Não. b) Sim. c) Não. d) Sim. e) Não. f) Sim. g) Não. h) Sim. i) Não. j) Sim. k) Não.

a) A situação de Bruno Tamba foi resolvida pelo mesmo Juiz do Terceiro Tribunal de Imigração da República de Tinalândia, em 18 de dezembro de 2003, que decidiu que Bruno Tamba deveria permanecer em Tinalândia sob a custódia de seu pai. Nesse processo, foi ouvida a opinião de Rosalie Fournier, mas não a de seu filho Bruno Tamba.

34. Quando se iniciou o segundo processo de Rosalie, houve participação de autoridades especializadas em direitos da criança?

a) Não.

35. Em que data Rosalie Fournier foi notificada da sentença emitida pelo Terceiro Tribunal de Imigração da República de Tinalândia no dia 18 de dezembro de 2003?

a) A sentença foi notificada a Rosalie Fournier na mesma data da decisão, dia 18 de dezembro de 2003.

36. Em que data a sentença do Terceiro Tribunal de Imigração transitou em julgado?

a) Rosalie Fournier tinha um mês, a partir do dia 18 de dezembro de 2003, para apelar a sentença. Desse modo, no dia 18 de janeiro de 2004 a sentença adquiriu firmeza.

37. A partir dos fatos do caso se depreende que, de acordo com o advogado de Rosalie Fournier, os recursos de apelação relacionados aos casos de aplicação da Lei 24.326 foram rejeitadas *in limine*. Em que se baseava o advogado para fazer tal afirmação, e quais são os critérios estabelecidos e aplicados pelo Tribunal de Recursos para declarar tais recursos como inadmissíveis ou improcedentes?

a) O advogado de Rosalie Fournier tinha conhecimento de todos os recursos de apelação decididos até aquele momento com relação a aplicação da Lei 24.326 em Tinalândia. Todos esses recursos haviam sido impugnados *in limine* pelos Tribunais de Recurso, com base de que a Lei 24.326 não comporta exceções à deportação obrigatória de estrangeiros que houvessem cometido um crime grave. b) O advogado de Rosalie Fournier tinha conhecimento de todos os recursos de apelação decididos até aquele momento com relação a aplicação da Lei 24.326 em Tinalândia. Todos esses recursos haviam sido impugnados *in limine* pelos Tribunais de Recurso, com base de que a Lei 24.326 não comporta exceções à deportação obrigatória de estrangeiros que houvessem cometido um crime grave. c) O advogado de Rosalie Fournier tinha conhecimento de todos os recursos de apelação decididos até aquele momento com relação a aplicação da Lei 24.326 em Tinalândia. Todos esses recursos haviam sido impugnados *in limine* pelos Tribunais de Recurso, com base de que a Lei 24.326 não comporta exceções à deportação obrigatória de estrangeiros que houvessem cometido um crime grave. d) O advogado de Rosalie Fournier tinha conhecimento de todos os recursos de apelação decididos até aquele momento com relação a aplicação da Lei 24.326 em Tinalândia. Todos esses recursos haviam sido impugnados *in limine* pelos Tribunais de Recurso, com base de que a Lei 24.326 não comporta exceções à deportação obrigatória de estrangeiros que houvessem cometido um crime grave. e) O advogado de Rosalie Fournier tinha conhecimento de todos os recursos de apelação decididos até aquele momento com relação a aplicação da Lei 24.326 em Tinalândia. Todos esses recursos haviam sido impugnados *in limine* pelos Tribunais de Recurso, com base de que a Lei 24.326 não comporta exceções à deportação obrigatória de estrangeiros que houvessem cometido um crime grave. f) O advogado de Rosalie Fournier tinha conhecimento de todos os recursos de apelação decididos até aquele momento com relação a aplicação da Lei 24.326 em Tinalândia. Todos esses recursos haviam sido impugnados *in limine* pelos Tribunais de Recurso, com base de que a Lei 24.326 não comporta exceções à deportação obrigatória de estrangeiros que houvessem cometido um crime grave. g) O advogado de Rosalie Fournier tinha conhecimento de todos os recursos de apelação decididos até aquele momento com relação a aplicação da Lei 24.326 em Tinalândia. Todos esses recursos haviam sido impugnados *in limine* pelos Tribunais de Recurso, com base de que a Lei 24.326 não comporta exceções à deportação obrigatória de estrangeiros que houvessem cometido um crime grave. h) O advogado de Rosalie Fournier tinha conhecimento de todos os recursos de apelação decididos até aquele momento com relação a aplicação da Lei 24.326 em Tinalândia. Todos esses recursos haviam sido impugnados *in limine* pelos Tribunais de Recurso, com base de que a Lei 24.326 não comporta exceções à deportação obrigatória de estrangeiros que houvessem cometido um crime grave. i) O advogado de Rosalie Fournier tinha conhecimento de todos os recursos de apelação decididos até aquele momento com relação a aplicação da Lei 24.326 em Tinalândia. Todos esses recursos haviam sido impugnados *in limine* pelos Tribunais de Recurso, com base de que a Lei 24.326 não comporta exceções à deportação obrigatória de estrangeiros que houvessem cometido um crime grave. j) O advogado de Rosalie Fournier tinha conhecimento de todos os recursos de apelação decididos até aquele momento com relação a aplicação da Lei 24.326 em Tinalândia. Todos esses recursos haviam sido impugnados *in limine* pelos Tribunais de Recurso, com base de que a Lei 24.326 não comporta exceções à deportação obrigatória de estrangeiros que houvessem cometido um crime grave. k) O advogado de Rosalie Fournier tinha conhecimento de todos os recursos de apelação decididos até aquele momento com relação a aplicação da Lei 24.326 em Tinalândia. Todos esses recursos haviam sido impugnados *in limine* pelos Tribunais de Recurso, com base de que a Lei 24.326 não comporta exceções à deportação obrigatória de estrangeiros que houvessem cometido um crime grave.

**Competição de Julgamento Simulado do
Sistema Interamericano de Direitos Humanos 2009
Caso Hipotético: Rosalie Fournier e Bruno Tamba vs. Tinalândia**

se falasse sempre o castelhano para ajudar na sua adaptação em Tinalândia e evitar que seu filho pudesse ser discriminado em virtude do seu idioma ou de seu sotaque krèyol evaristiano.

40. O Caso de Rosalie Fournier e Bruno Tamba trata-se de um fato público e controverso dentro do Estado de Tinalândia, do qual existem provas de que os agentes do Estado deram declarações nos meios de comunicação referindo-se à sua posição em relação à Rosalie Fournier?

a) A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.

41. Rosalie Fournier possui parentes e/ou amigos vivos na República de Evaristo?

a) No momento de sua deportação, Rosalie Fournier não possuía nenhum contato com familiares ou amigos em Evaristo, nem sabia se encontravam-se vivos ou não.

42. Quais foram as medidas adotadas pela República de Tinalândia com relação ao menor Bruno Tamba ao colocá-lo sob a custódia do seu pai?

a) O Estado de Tinalândia dispôs que assistentes sociais acompanhariam de perto a situação de Bruno Tamba baixo os cuidados de seu pai, enquanto for menor de idade.

43. As condições sociais, econômicas e culturais de Evaristo se alteraram entre a época da saída de Rosalie Fournier para Tinalândia e o momento de sua deportação? Em caso afirmativo, variaram para melhor ou para pior?

a) As condições sociais, econômicas e culturais de Evaristo não se alteraram significativamente desde que Rosalie Fournier deixou o país.

44. Existe alguma prática discriminatória em Evaristo contra mulheres que já se prostituíram e/ou tiveram filhos fora de um casamento, prática esta que ameaça a vida ou a integridade física de Rosalie caso ela volte para o seu país de origem?

a) Desde 1979 as mulheres em Evaristo alcançaram uma igualdade de direitos, mas na prática persiste uma desigualdade estrutural entre homens e mulheres. As razões da discriminação em relação às mulheres são variadas e poderiam incluir as causas apontadas pela presente pergunta. Contudo, não se têm informações de que as práticas discriminatórias ameacem a vida ou a integridade física das mulheres em Evaristo.

45. Em que medida a situação econômica de Tinalândia melhorou, em termos de índices de desemprego e reativação da indústria e do comércio, a partir da implementação da Lei 24.3

a) As condições econômicas em Tinalândia não variaram significativamente a partir da implementação da Lei 24.326.

46. A existência de plantações onde existem imigrantes ilegais obrigados a trabalhar por jornadas excessivamente extensas, sem descanso e sem remuneração, constitui factualmente a regra ou são casos isolados?

a) A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.

47. O estado de Tinalândia é parte de algum convênio relativo aos direitos dos migrantes como, por

**Competição de Julgamento Simulado do
Sistema Interamericano de Direitos Humanos 2009
Caso Hipotético: Rosalie Fournier e Bruno Tamba vs. Tinalândia**

48. O estado de Tinalândia é signatário da Convenção contra a Delinquência Organizada Transnacional de 2000 e de seu Protocolo Adicional para Prevenir, Reprimir e Punir o Tráfico de Seres Humanos do mesmo ano?

a) Sim, Tinalândia ratificou os principais instrumentos internacionais da Organização das Nações Unidas, incluindo a Convenção contra a Delinquência Organizada Transnacional e o Protocolo Adicional para Prevenir, Reprimir e Punir o Tráfico de Seres Humanos, especialmente mulheres e crianças, que complementa a referida Convenção.

49. Existem leis na República de Evaristo que penalizem o uso de trabalho forçado e abusos contra imigrantes?

a) A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético. Entretanto, cumpre salientar que o caso submetido à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos se refere à responsabilidade da República de Tinalândia.

50. Quais são as penas e o tempo de prescrição para o delito de prostituição na República de Tinalândia.

a) Em Tinalândia o delito de prostituição é sancionado com penas que vão de multas de \$200 (duzentos dólares) a \$3000 (três mil dólares), e até 15 (quinze) dias de detenção. O delito prescreve depois de 10 (dez) anos.

51. Antes da Lei 24.326, existia em Tinalândia alguma sanção para imigrantes que entrassem ilegalmente no país?

a) Sim. Antes da entrada em vigor da Lei 24.326, as pessoas que ingressassem ilegalmente em Tinalândia podiam ser liberadas com pagamento de fiança, ser detidas, ou, em casos mais graves, ser deportadas para seu país de origem, dependendo das circunstâncias.

**Competição de Julgamento Simulado do
Sistema Interamericano de Direitos Humanos 2009
Caso Hipotético: Rosalie Fournier e Bruno Tamba vs. Tinalândia**

62. Quais são os documentos exigidos pela República de Tinalândia para que um imigrante possa transitar legalmente no país, e, nesse sentido, quais documentos Rosalie Fournier possuía além de sua carteira de motorista?

a) Em Tinalândia, tanto os nacionais quanto os estrangeiros estão obrigados a portar alguma forma de identificação oficial emitida por Tinalândia ou por seu país de origem. Em relação aos documentos que Rosalie Fournier possuía, a informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.

63. Considerando-se a legislação de Tinalândia, qual documentação um indivíduo precisa possuir para que seja registrado como contribuinte de impostos e para obter um documento de identificação nacional, como uma carteira de motorista?

a) Qualquer forma de identificação oficial emitida por Tinalândia ou por outro Estado pode ser utilizada para efeitos de iniciar os procedimentos de pagamento de impostos ou de carteira de motorista. Além disso, é necessário apresentar documentos, tais como contas ou comprovantes do contrato de aluguel, para demonstrar que certa pessoa mantém seu domicílio em Tinalândia. No caso da carteira de motorista, requer-se, ademais, a realização de um exame prático e teórico.

64. Quais seriam as defesas admissíveis para declarar inadmissível a deportação de um migrante sem documento sob a Lei 24.326?

a) Isto deve ser analisado pelas partes à luz dos fatos do caso hipotético.

65. De acordo com o parágrafo 13 do caso hipotético, a Lei 24.326 impõe sanções para imigrantes que cometam ou já cometeram crimes federais qualificados. Essa lei também se aplica retroativamente aos empregadores de imigrantes ilegais, ou seja, há alguma sanção para pessoas/companhias que empregaram imigrantes ilegais antes da vigência da lei? Em caso afirmativo, alguma sanção foi imposta a algum empregador de Rosalie?

a) A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.

66. _____ de 1994?

a) A informação relevante se limita às normas da Lei descritas no caso hipotético.

67. Quais os requisitos previstos na legislação interna de Tinalândia para a detenção de imigrantes com fins de deportação?

a) A informação disponível sobre a legislação interna se limita às normas contidas no caso hipotético. Pretende-se que as partes debatam sobre os fatos do caso à luz das normas do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

68. Qual é o procedimento que a Lei 24.326 estabelece para a detenção de um imigrante sem documentação?

a) A informação disponível sobre a legislação interna

**Competição de Julgamento Simulado do
Sistema Interamericano de Direitos Humanos 2009
Caso Hipotético: Rosalie Fournier e Bruno Tamba vs. Tinalândia**

70. Quais são os requisitos formais e o prazo para apresentar uma pessoa detida diante de um juiz de acordo com a Constituição e/ou legislação interna de Tinalândia?

a) A informação disponível sobre a legislação interna se limita às normas contidas no caso hipotético. Pretende-se que as partes debatam sobre os fatos do caso à luz das normas do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

71. É legal no âBTD-p/n()-42(sre)3(it)-G[C]-2(o)10(((t)69(l-4(eg)9(842(sre4ETBT1 0 0 1 196.73 652416 Tm[)JTJET

